

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

ACELERAR A
DESCARBONIZAÇÃO
DO SETOR DA
SAÚDE NA REGIÃO
MEDITERRÂNICA



Estas recomendações de políticas para a descarbonização do setor da saúde foram desenvolvidas como parte do projeto Setor da saúde com baixas emissões de carbono na região Mediterrânea (Low-carbon healthcare in the Mediterranean region), coordenado pela Health Care Without Harm (HCWH) Europe.

Este projeto enquadra-se na Iniciativa Europeia para o Clima (EUKI, sigla em alemão). O EUKI é um instrumento de financiamento de projetos do Ministério Federal do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha. O programa EUKI, dedicado à apresentação de ideias para projetos, é implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. O objetivo primordial do EUKI consiste em promover a cooperação climática na União Europeia (UE), a fim de mitigar as emissões de gases com efeito de estufa.

A HCWH Europe agradece o apoio financeiro do EUKI (através do BMU) e do programa LIFE da Comissão Europeia (CE). A HCWH Europe é exclusivamente responsável pelo conteúdo deste projeto e materiais relacionados. As opiniões expressas não refletem as opiniões oficiais da CE nem do BMU.

Supported by:



Federal Ministry
for the Environment, Nature Conservation
and Nuclear Safety



European
Climate Initiative
EUKI



based on a decision of the German Bundestag





INTRODUÇÃO	04
RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS	06
1. RECONHECER A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DA SAÚDE EM MATÉRIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	07
2. IMPLEMENTAR UM ROTEIRO DE EMISSÕES ZERO PARA O SETOR DA SAÚDE	10
3. GARANTIR A RESILIÊNCIA E PRONTIDÃO DO SETOR DA SAÚDE	14
ANEXO 1:	17
CONTEXTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS	

INTRODUÇÃO

As temperaturas da Terra estão a subir, aumentando os impactos negativos na saúde associados a um clima em mudança. Na Europa, a região Mediterrânica enfrenta ameaças específicas resultantes das alterações climáticas, nomeadamente, vagas de calor extremas e a subida do nível do mar. O projeto Setor da saúde com baixas emissões de carbono na região Mediterrânica veio revelar as principais lacunas nas questões climáticas e políticas sanitárias praticadas pelos países mediterrânicos. O conjunto de recomendações estratégicas que se segue visa colmatar estas lacunas e acelerar a descarbonização do setor da saúde na região. Para mais informações sobre o clima e as condições sanitárias na região, consulte o Anexo 1 do presente documento.

O setor da saúde no Mediterrâneo tem a oportunidade de ser um líder climático, ao avançar rumo às emissões zero de carbono e ao melhorar a resiliência e equidade do setor. Além disso, o setor da saúde pode também contribuir para uma transformação social mais ampla e para a proteção da saúde pública contra as alterações climáticas. Uma mudança sistémica de tão grande dimensão implica uma ação climática do setor da saúde por parte de todos os estratos governamentais, instituições internacionais, do setor privado e da sociedade civil. Para o conseguir, é necessária a mobilização e transformação de todo o setor, atuando em colaboração com outros setores para conseguir avançar rumo a um futuro melhor.



Para erguer um sistema de saúde resiliente, sem emissões de carbono, protegido contra os efeitos mais graves das alterações climáticas, e que apoie uma sociedade saudável, é importante que os decisores políticos:

- Reconheçam a contribuição do setor da saúde em matéria das alterações climáticas.
- Implementem roteiros para a descarbonização do setor da saúde compatíveis com o Acordo de Paris de 2015.
- Garantam a resiliência e a preparação do setor da saúde em tempos de emergência climática e sanitária.

Atendendo ao clima característico da região e aos desafios a ele associados, os países mediterrânicos devem implementar políticas sólidas e decisivas que protejam a saúde dos seus cidadãos contra os impactos das alterações climáticas. Não só garantindo que o setor da saúde é capaz de minimizar as suas próprias emissões de carbono, como também apoiando os sistemas de saúde a adaptarem-se aos novos desafios climáticos e às constantes ameaças para a saúde.

Paralelamente à proteção ambiental e a uma contribuição limitada para a mudança climática, a existência de políticas ambientais mais sólidas também produz benefícios significativos para a saúde pública. A adoção de estratégias de mitigação mais exaustivas e orientadas, uma melhor proteção ambiental, melhor qualidade do ar, melhor eficiência energética e melhores infraestruturas, espaços urbanos mais bem equipados contribuem para uma população mais saudável e ativa. É necessário fazer com que os governos nacionais e subnacionais elaborem planos de ação para descarbonizar os seus sistemas de saúde, aumentar a sua resiliência e melhorar os resultados sanitários.

Este conjunto de recomendações respeitantes à região Mediterrânica, destinadas aos decisores políticos a nível da UE, nacionais e subnacionais, alerta para a interdependência decisiva das alterações climáticas e da saúde, preconizando a criação de parcerias mais estreitas entre a ação climática e a ação sanitária.





RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

1. RECONHECER A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DA SAÚDE EM MATÉRIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A contribuição do setor da saúde para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e para as alterações climáticas não pode ser ignorada. Com o aumento da sensibilização sobre o vínculo entre clima e saúde, o setor deve ser encorajado e apoiado a desempenhar o seu papel na transição para emissões zero até 2050, o mais tardar, diminuindo conseqüentemente o seu próprio impacto negativo na saúde humana. É imperioso que os governos da UE, nacionais e regionais reconheçam a contribuição do setor da saúde para as alterações climáticas e adotem medidas para a sua resolução. A criação de um compromisso global e de um quadro político para a descarbonização do setor da saúde conferiria legitimidade e daria apoio aos sistemas de saúde e às instituições de saúde já em vias de reduzir as suas emissões.

DECLARAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS UMA EMERGÊNCIA SANITÁRIA

Apelamos a todos os Estados que emitam uma declaração reconhecendo o carácter de emergência de saúde pública da crise climática, situação esta que requer uma intervenção nacional e global. Esta declaração deve responsabilizar as autoridades sanitárias pela tomada de medidas para preparar os sistemas de saúde para os impactos das alterações climáticas e prevenir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), avaliando e reduzindo a sua própria pegada ecológica, fixando o objetivo de um setor de saúde de consumo zero líquido de energia até 2050, o mais tardar.

THE NEWCASTLE UPON TYNE HOSPITALS NHS FOUNDATION TRUST, REINO UNIDO

Em junho de 2019, os hospitais de Newcastle tornaram-se a primeira organização de saúde do mundo a declarar uma emergência climática. É este o seu reconhecimento de que uma emergência climática constitui uma emergência sanitária, bem como o seu compromisso de se tornarem uma organização de consumo zero líquido de energia até 2040. Os hospitais de Newcastle são membros da rede Global Green and Healthy Hospitals (GGHH) e do Health Care Climate Challenge, bem como da iniciativa Race to Zero da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change, UNFCCC).

INCLUIR ESPECIFICAMENTE O SETOR DA SAÚDE NAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS E DE MITIGAÇÃO

A UE é o terceiro maior responsável pelas emissões a nível mundial no setor da saúde.¹ Uma dissociação entre o setor da saúde e o ambiente urbanizado global conduziria a políticas de redução de emissões mais bem orientadas. A UE e os governos nacionais devem, como tal, incluir o setor da saúde como um setor autónomo no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas (Nationally Determined Contributions, NDC) e das políticas de mitigação.

Com a inclusão do setor da saúde como setor autónomo, os governos podem incentivar os sistemas de saúde a responsabilizarem-se pelas emissões de carbono por eles emitidas e a estabelecerem objetivos nacionais para a redução das emissões, criando, assim, uma dinâmica interna no setor para tomar medidas climáticas imediatas. A obrigatoriedade da comunicação das emissões de carbono por parte dos sistemas de saúde fomentaria de igual modo o desenvolvimento de instrumentos e sistemas de apoio destinados a orientar e apoiar os hospitais na avaliação e mitigação destas emissões.

RECONHECIMENTO DO SETOR DA SAÚDE NA POLÍTICA CLIMÁTICA, ARGENTINA

Em dezembro de 2020, a Argentina apresentou a sua segunda Contribuição Nacionalmente Determinada junto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Esta nova NDC reconhece a saúde como um dos seus princípios orientadores. Além disso, define medidas concretas para assegurar a resiliência do setor da saúde, como a modelação de cenários de impacto e o reforço da capacidade de resposta do setor da saúde a fenómenos meteorológicos extremos. Com a inclusão de estimativas das emissões do setor da saúde e medidas concretas para as reduzir, a Argentina foi o primeiro país do mundo a incluir a descarbonização do setor da saúde na sua NDC. O país reconheceu que a abordagem do setor da saúde é um passo fundamental para a implementação do seu NDC.²



REFORÇAR A COOPERAÇÃO ENTRE A SAÚDE E A GOVERNAÇÃO CLIMÁTICA

A saúde e as alterações climáticas estão intimamente ligadas, pelo que a cooperação entre os organismos de saúde e de governação climática é essencial. A UE ocupa uma posição privilegiada no que diz respeito a servir de exemplo, promovendo uma coordenação forte e pública entre a DG SANTE e a DG CLIMA. A nível nacional e subnacional, tal deverá traduzir-se em parcerias e cooperações entre os ministérios ou organismos responsáveis por questões relacionadas com o clima e a saúde. Esta coordenação pode ser benéfica na partilha, compilação e centralização de dados, bem como de recursos que contribuam para apoiar os esforços a nível nacional, subnacional e da União Europeia. A criação de tais parcerias contribui igualmente para a criação de estratégias climáticas e de saúde racionalizadas; as políticas e a cooperação com os intervenientes locais são cruciais para uma melhor aceitação em todo o sistema de saúde.

UM PACTO ECOLÓGICO PARA UM SETOR DA SAÚDE SUSTENTÁVEL, PAÍSES BAIXOS

Instituições de saúde, autoridades governamentais e empresas estabeleceram acordos para um futuro sustentável no Green Deal on Sustainable Healthcare (Pacto ecológico para um setor da saúde sustentável) dos Países Baixos.³ Pretende-se com este pacto garantir que o setor da saúde não só beneficia as pessoas, como também o planeta e a sociedade; o setor deve igualmente evitar o agravamento da poluição ou dos problemas de saúde. Os hospitais e instituições de cuidados que assinaram o Pacto ecológico comprometem-se a fazer o seu melhor para limitar ao máximo a produção de resíduos e a reduzir o consumo energético através de um melhor isolamento térmico dos seus edifícios. A assinatura do Pacto ecológico por mais de 200 partes, cada uma com os seus próprios objetivos, incidiu em quatro metas, entre as quais uma redução de 49% das emissões de carbono até 2030. Em 2050, todas as organizações prestadoras de cuidados de saúde devem ser neutras do ponto de vista das emissões de carbono.



2. IMPLEMENTAR UM ROTEIRO DE EMISSÕES ZERO PARA O SETOR DA SAÚDE

A criação de um objetivo de descarbonização do setor a nível nacional, regional ou do sistema, compatível com o Acordo de Paris de 2015, fomentaria e apoiaria o setor da saúde na avaliação dos locais e da forma de reduzir as suas emissões, de investir no necessário e, em última análise, de tomar medidas. Tal contribuiria para a redução global das emissões nacionais e constituiria um outro instrumento altamente eficaz para que países e regiões pudessem atingir as suas metas nacionais de emissões. Este processo de descarbonização deve ser realizado segundo uma trajetória adequada a cada país e compatível com as suas NDC e com o [Global Road Map for Health Care Decarbonization](#) (Roteiro global para a descarbonização do setor da saúde).

COMPROMISSOS DE EMISSÕES ZERO

Os ministérios da saúde, serviços públicos de saúde, os hospitais e sistemas de saúde sob a sua jurisdição devem assumir um compromisso de emissões zero em todo o setor. Atendendo à importância do setor da saúde como principal fonte de emissões, é fundamental que os ministérios nacionais e subnacionais responsáveis pelo ambiente ou pela saúde apoiem os prestadores de cuidados de saúde e os serviços de saúde na descarbonização das suas atividades. Esta medida permitiria apoiar os esforços já existentes ou contribuir para o lançamento de novas iniciativas no sentido de descarbonizar os serviços de saúde, fornecendo informações, definindo uma base de referência, criando um roteiro nacional, elaborando um plano de ação detalhado e investindo em medidas de implementação.

O COMPROMISSO DO NHS ENGLAND PARA COM AS EMISSÕES ZERO

Em outubro de 2020, o Serviço Nacional de Saúde britânico tornou-se o primeiro sistema de saúde do mundo a assumir o compromisso de reduzir as suas emissões líquidas a zero.⁴

Em comparação com uma linha de base de 1990, o NHS estabeleceu dois objetivos concretos e exequíveis para o seu compromisso de reduzir as suas emissões líquidas a zero. A pegada ecológica do NHS (emissões que controlam diretamente), passará a ser de zero líquido em 2040, pretendendo-se alcançar uma redução de 80% entre 2028 e 2032. A pegada ecológica Plus do NHS (emissões que podem influenciar), passará a ser de zero líquido em 2045, pretendendo-se alcançar uma redução de 80% entre 2036 e 2039.

APOIAR A TRANSIÇÃO PARA A ENERGIA ECOLÓGICA E RENOVÁVEL

Os governos devem desenvolver e apoiar políticas, incluindo subsídios ou isenções fiscais, para a adoção rápida e acelerada de energias e combustíveis 100% ecológicos, nomeadamente a energia solar, a energia hídrica em pequena escala e a energia gerada pelo vento (energia eólica).

INVESTIR EM INFRAESTRUTURAS E TECNOLOGIAS EFICIENTES E COM EMISSÕES ZERO

Perante o aumento das temperaturas e dos casos de calor extremo, os edifícios de serviços de saúde na região Mediterrânica devem estar devidamente equipados para fazer face ao aumento das temperaturas e aos fenómenos climáticos extremos, sem aumentar as suas emissões. Por este motivo, é determinante investir em edifícios públicos eficientes e com emissões zero, mais espaços verdes (por ex., plantas e árvores) em terrenos hospitalares para arrefecimento natural, bem como em tecnologia sustentável e resiliente que viabilize a prestação de cuidados médicos contínuos e de alta qualidade com um baixo impacto climático. Na tomada de decisões de investimento por parte dos governos, é necessário que estes ponderem seriamente não só a mitigação das alterações climáticas, como também o seu impacto.



PROMOVER CADEIAS DE ABASTECIMENTO NO SETOR DA SAÚDE COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

A pegada ecológica de três quartos (75%) da UE no domínio da saúde é imputável a emissões indiretas ao longo da sua cadeia de valor, a grande maioria das quais provém da cadeia de abastecimento. Os ministérios da saúde, os sistemas de saúde e os prestadores de cuidados de saúde devem estabelecer critérios para a aquisição de produtos com baixas ou zero emissões de carbono. Os fornecedores e fabricantes devem descarbonizar as suas atividades e produtos.

A descarbonização da cadeia de abastecimento de cuidados de saúde implicará uma maior responsabilidade e compromisso por parte de empresas e fornecedores privados. Para o conseguir, é necessária uma ação governamental nacional, bem como abordagens baseadas no mercado. O aproveitamento do poder de compra do setor da saúde e a agregação da procura de fontes energéticas e tecnologias com baixas emissões de carbono ou de géneros alimentícios de origem vegetal, sustentáveis e de cultivo local, podem ter um impacto significativo. Trabalhando em conjunto com outras partes interessadas, podemos assistir a mais e melhores fontes com baixas emissões de carbono, cadeias logísticas e avanços no combate às emissões mais complexas da cadeia de abastecimento.

A HEALTHCARE MARKET TRANSFORMATION NETWORK

A Rede para a transformação do mercado do setor da saúde (Healthcare Market Transformation Network, HMTN) é uma rede coordenada pela HCWH Europe que atende à necessidade de critérios de aquisição sustentáveis harmonizados, adaptados aos produtos e serviços adquiridos pelo setor da saúde. A rede promove o diálogo entre compradores, profissionais de saúde, fornecedores e empresas de reciclagem, e identifica oportunidades em prol de soluções sustentáveis e inovadoras.

A longo prazo, a harmonização dos critérios de aquisição sustentável entre países conduzirá a um aumento da procura de produtos sustentáveis (tendo em consideração as avaliações do ciclo de vida e os princípios da circularidade), enviando ao mercado um indício bem explícito e, eventualmente, reduzindo os custos envolvidos.

APOIAR E EXIGIR AOS HOSPITAIS A MEDIÇÃO DAS SUAS EMISSÕES

Para implementar políticas de descarbonização sólidas, os governos devem exigir que todos os setores calculem as suas emissões. Importa igualmente desenvolver instrumentos e incentivos para monitorizar as emissões em todos os setores, incluindo o setor da saúde, a fim de tornar este objetivo possível. Os sistemas de saúde nacionais e subnacionais devem prestar assistência aos prestadores de cuidados de saúde para monitorizar as suas próprias emissões e, por conseguinte, integrá-las nas medições nacionais.

CLIMATE IMPACT CHECKUP: CALCULADORA DE EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (GEE) PARA O SETOR DA SAÚDE

O Climate Impact Checkup é uma ferramenta desenvolvida pela HCWH que permite a qualquer instituição de saúde no mundo calcular e controlar as suas emissões de GEE. A ferramenta foi desenvolvida no âmbito do projeto *Setor da saúde com baixas emissões de carbono na região Mediterrânica*. Utilizando o Climate Impact Checkup e as orientações que o acompanham, os prestadores de saúde podem determinar a pegada das suas operações, identificar áreas de prioridade e conceber planos de gestão de carbono efetivos personalizados às suas necessidades.



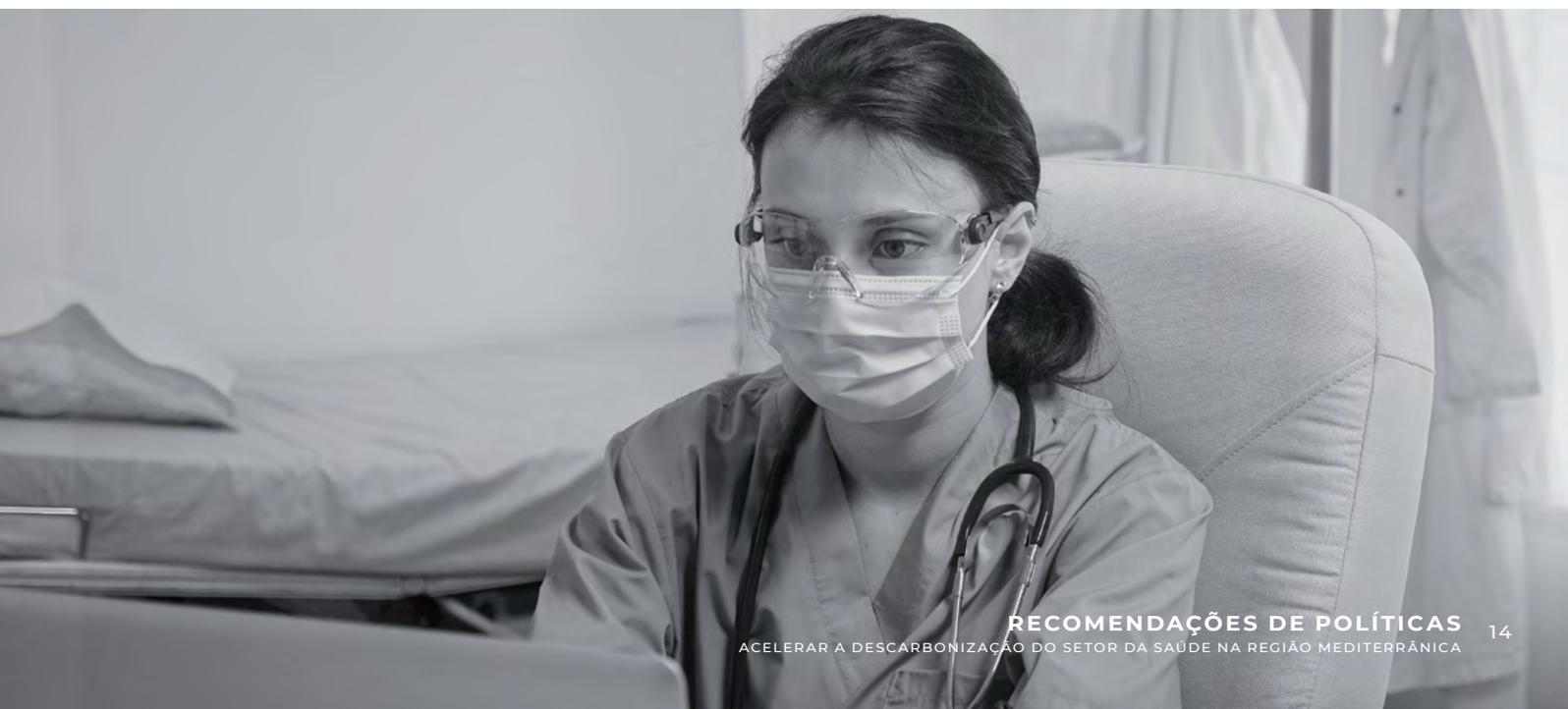
3. GARANTIR A RESILIÊNCIA E PRONTIDÃO DO SETOR DA SAÚDE

A prontidão e a resiliência do setor da saúde devem constituir a principal prioridade para os decisores políticos, para contrariar o aumento futuro da procura do setor dos serviços devido às alterações climáticas e para salvaguardar as infraestruturas de cuidados de saúde e as cadeias de abastecimento contra os efeitos físicos de um clima em mudança. São várias as ações que podem ser tomadas, nomeadamente, a criação de planos de preparação da equipa hospitalar e das equipas de emergência, a criação de instalações satélite para regiões remotas, o investimento em sistemas energéticos resilientes e a garantia de instalações sanitárias devidamente equipadas segundo as projeções locais em matéria dos impactos climáticos e sanitários.

QUADRO DE RESILIÊNCIA PARA SISTEMAS DE SAÚDE E HOSPITAIS (RESYSTAL) DO PROJETO LIFE

Apoiado pelo Programa LIFE da UE, o principal objetivo do projeto RESYSTAL é aumentar a capacidade de adaptação climática e a resiliência das Infraestruturas europeias de saúde (European Health Infrastructure, EHI) e dos sistemas e respetivas infraestruturas decisivas associadas.

A HCWH Europe participa no projeto, que abordará as lacunas ainda existentes na resiliência dos sistemas de saúde europeus em relação ao clima. O projeto RESYSTAL abrirá o caminho para uma melhor avaliação da vulnerabilidade ambiental do sistema de saúde, uma melhor análise das interdependências entre infraestruturas (assegurando uma prestação segura dos serviços de saúde), e melhores decisões de investimento para considerar e incentivar a adaptação às alterações climáticas.



PRESTAR APOIO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM VISTA À COMUNICAÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os profissionais de saúde estão entre as profissões mais conceituadas da nossa sociedade, pelo que são importantes promotores e comunicadores de ações públicas sobre as alterações climáticas. Neste sentido, é fundamental que os profissionais de saúde recebam formação adequada para comunicar os efeitos das alterações climáticas na saúde. Os ministérios da saúde e do ambiente devem trabalhar em conjunto na criação de ferramentas eficazes que permitam aos profissionais da saúde comunicar as implicações das alterações climáticas na saúde e a importância da adoção de medidas individuais para reduzir as emissões de carbono, não só junto dos cidadãos, como também junto dos seus pacientes. Os ministérios do ambiente podem fornecer conhecimentos especializados e instrumentos de comunicação existentes, ao passo que os ministérios da saúde podem apresentar a perspetiva dos profissionais de saúde, com vista a ajudar a moldar os instrumentos para um novo objetivo e público.

INVESTIGAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS CLIMÁTICAS E SANITÁRIAS

Políticas eficazes requerem uma sólida base de dados factuais que permita a tomada de decisões e a capacidade de monitorizar o progresso ao longo do tempo. Por conseguinte, é necessário que os governos promovam a investigação sobre o impacto das alterações climáticas na saúde, sem deixar de monitorizar simultaneamente as tendências das alterações climáticas. A investigação e a monitorização contribuirão para informar e identificar lacunas existentes nas políticas atuais, bem como para apoiar a monitorização dos riscos ambientais e dos impactos das alterações climáticas na saúde pública a todos os níveis. Uma melhor monitorização das tendências das alterações climáticas permitirá ainda compreender com maior rigor as pressões exercidas sobre os sistemas de saúde.

CRIAR PLANOS REGIONAIS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA PARA O SETOR DA SAÚDE

O setor da saúde é um setor fundamental que necessita de estar entre os primeiros a ser informado sobre a evolução das alterações climáticas, para que possa responder e prestar apoio à saúde da comunidade. Os governos a nível nacional e internacional precisam, portanto, de criar planos de resiliência sólidos e de assegurar que os sistemas de saúde estão prontos e são informados com regularidade sobre os impactos a curto e longo prazo no seio do seu território. O Mediterrâneo está preparado para enfrentar fenómenos climáticos extremos, muitos dos quais com uma amplitude geográfica considerável em todo o território. Em resposta a este cenário, será necessário um plano de emergência climática que inclua um sistema de alerta precoce fiável e periodicamente testado, bem como técnicos qualificados para lidar com os impactos climáticos.

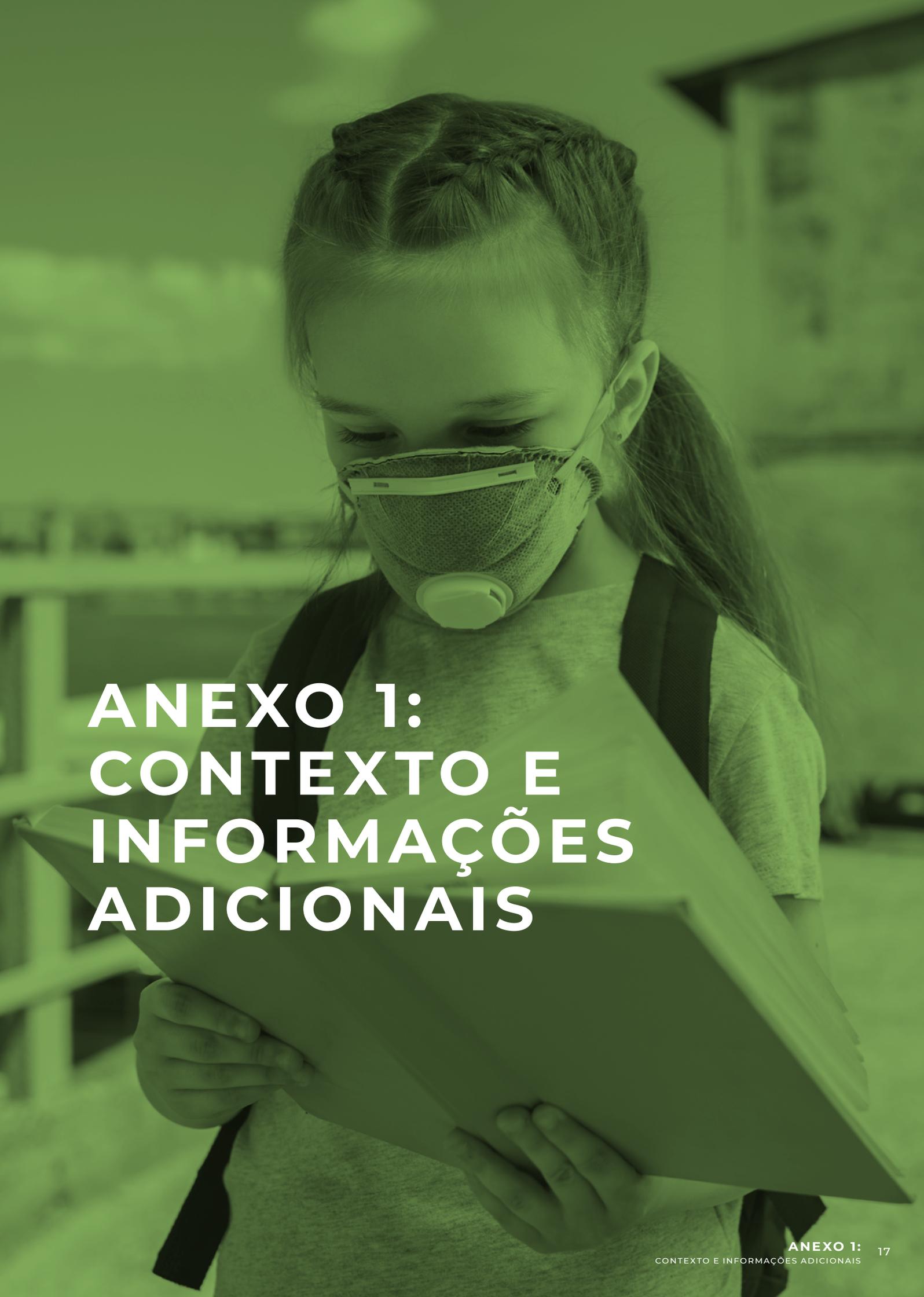
COMUNICAÇÃO PÚBLICA SOBRE OS RISCOS AMBIENTAIS E A RESILIÊNCIA NO SETOR DA SAÚDE

Ao exigir que os prestadores de cuidados de saúde e os sistemas de saúde elaborem avaliações de vulnerabilidade e comuniquem os registos relativos aos riscos ambientais e estratégias de resiliência, a sua preparação para fazer face a contextos desfavoráveis no domínio das alterações climáticas consolidar-se-á. Tal contribuirá ainda para orientar os governos nacionais ou regionais a implementar medidas para proteger a saúde dos seus cidadãos. As estratégias atuais em matéria das alterações climáticas incidem principalmente no reforço da resiliência das principais infraestruturas, nomeadamente, as de energia, transportes e edifícios, negligenciando, todavia, as necessidades de adaptação às alterações climáticas do setor da saúde.

QUADRO OPERACIONAL PARA A CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE ADAPTADOS ÀS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

O quadro operacional para a criação de sistemas de saúde adaptados às condições climáticas da Organização Mundial da Saúde (OMS) responde à procura dos Estados-membros quanto à forma como o setor da saúde e a sua base operacional nos sistemas de saúde podem abordar sistemática e eficazmente os desafios cada vez mais apresentados pela volatilidade e mudança climática. O objetivo deste quadro é fornecer orientação aos sistemas de saúde e à programação da saúde pública para expandir a sua capacidade de proteger a saúde perante um clima instável e em mudança.

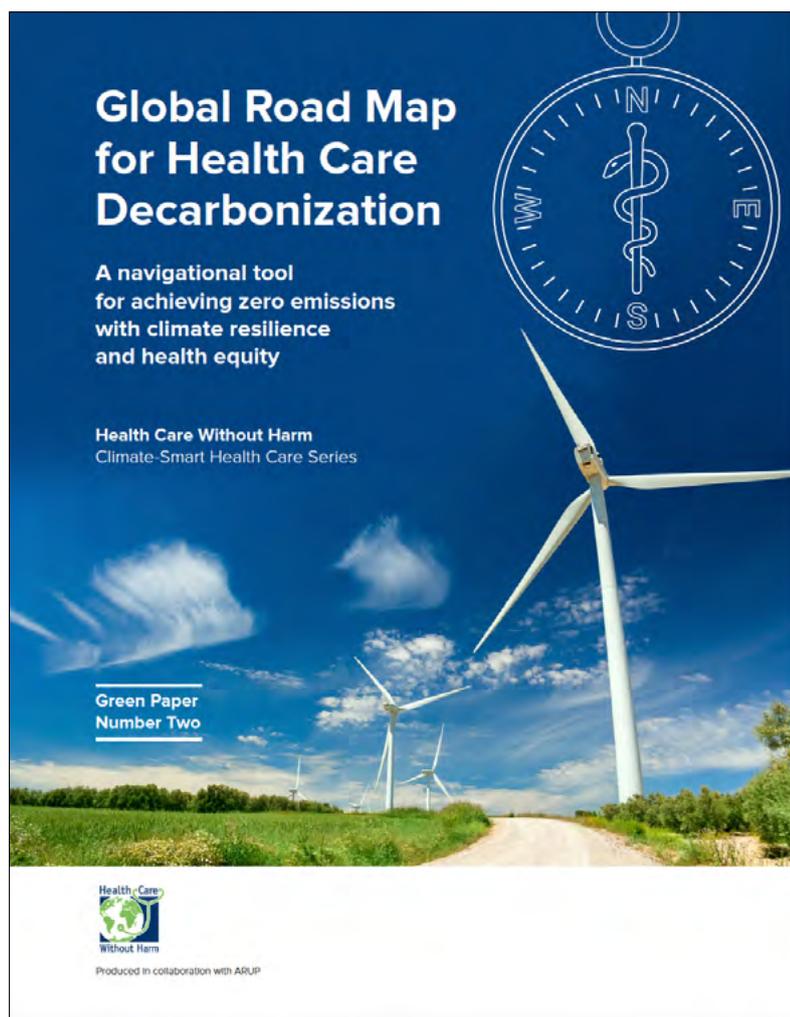




ANEXO 1: CONTEXTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os efeitos das alterações climáticas assumem proporções e repercussões consideráveis, existindo cada vez mais indícios associando a saúde às alterações climáticas. As consequências devastadoras das alterações climáticas na saúde já são visíveis: a OMS estima que as alterações climáticas são responsáveis por 150 000 mortes por ano.⁵ Atualmente, é também evidente que o setor da saúde está a desempenhar um papel no agravamento das alterações climáticas. A pegada ecológica global do setor da saúde representa 4,4% das emissões anuais globais (equivalente às emissões anuais de 514 centrais elétricas alimentadas a carvão). Na UE, esta percentagem corresponde a 4,7%.¹ Se o setor fosse um país, este seria o quinto maior emissor do planeta. Atendendo a que a despesa do setor da saúde da UE representa aproximadamente 10% do PIB, o setor possui uma forte influência económica e ética capaz de marcar a diferença pela positiva.⁶

O setor da saúde, cuja missão é proteger e promover a saúde, tem um papel importante no combate às alterações climáticas. Paralelamente à redução do seu próprio impacto direto no clima, o setor tem a oportunidade de desempenhar um papel de liderança em matéria do clima e acelerar a transformação mais ampla da sociedade, necessária à proteção da saúde pública contra as alterações climáticas. Esta missão é comum aos ministérios da saúde e do ambiente que incidem simultaneamente sobre a resiliência e a mitigação das alterações climáticas. A intervenção e colaboração entre os ministérios da saúde e do ambiente é fundamental para reduzir os impactos negativos das alterações climáticas, bem como para proteger a saúde pública.



Em abril de 2021, a Health Care Without Harm lançou o [Global Road Map for Health Care Decarbonization](#) ([Roteiro global para a descarbonização do setor da saúde](#)), a primeira tentativa de traçar um rumo sem emissões de gases com efeito de estufa para o setor da saúde a nível global até 2050. Para o conseguir, os líderes do setor da saúde de todos os países e escalões devem avançar rapidamente para descarbonizar, transformar e alinhar a trajetória de crescimento do setor para alcançar o objetivo da redução das emissões a zero, sem deixar de conferir resiliência e cumprir os objetivos mundiais de saúde. Mas uma transformação tão radical exigirá um esforço de colaboração e inovação em grande escala em todo este setor de tão grande envergadura.

O CLIMA E A SAÚDE NA REGIÃO MEDITERRÂNICA

IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A região Mediterrânica está a enfrentar desafios ímpares devido às alterações climáticas. É importante compreender os impactos atuais e previstos na saúde pública e no setor da saúde para criar uma resposta política eficaz. Os impactos climáticos previstos na região são altamente influenciados pelo Mar Mediterrâneo e pelo norte de África. Estima-se que a região Mediterrânica enfrente um aumento mais acentuado da temperatura média em relação ao resto da Europa. A região registará também uma diminuição da precipitação anual e do caudal dos rios, bem como um aumento dos incêndios florestais e dos agentes transmissores de doenças.⁷

Estes impactos climáticos já previstos terão inúmeras consequências ao nível da saúde e dos serviços de saúde na região Mediterrânica. Com o aumento previsto da temperatura média e dos fenómenos de vagas de calor, podemos esperar um aumento da taxa de mortalidade. Os incêndios florestais podem ter um impacto na saúde ao agravarem a qualidade do ar, resultando de forma mais direta em mortes e ferimentos. Por último, o aumento da prevalência de doenças transmitidas por agentes transmissores de doenças poderia resultar no aumento da população infetada por uma pluralidade de patologias.

É fundamental que os decisores políticos nacionais e regionais, e os sistemas de saúde avaliem e estejam devidamente preparados para os desafios que as alterações climáticas representarão para a região. Importa garantir a resiliência do setor da saúde e a sua preparação para futuras emergências climáticas e sanitárias. É igualmente fundamental que o setor da saúde tome medidas para mitigar a sua própria contribuição para as alterações climáticas, situação essa que exige políticas e intervenções adequadas.



ESTADO ATUAL DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E SANITÁRIAS

As políticas climáticas e sanitárias em quatro países da região Mediterrânica (Grécia, Itália, Portugal e Espanha) foram estudadas a nível nacional e regional. A análise procurou determinar a eficácia e a qualidade do alinhamento entre as políticas sanitárias e climáticas nestes países e, por conseguinte, a forma como a elaboração de políticas nos departamentos responsáveis pela saúde e pelo ambiente está a ser coordenada. Eis um resumo dos principais resultados.

Grécia



A maioria das políticas da Grécia relacionadas com o setor da saúde e o meio ambiente são emitidas pelas autoridades ambientais e de proteção do clima. A nível nacional, verifica-se um acentuado interesse nas políticas climáticas relacionadas com a preparação para as vagas de calor através da monitorização dos processos das populações vulneráveis e da sensibilização. A nível regional, a Autoridade Especial de Gestão (Special Managing Authority) de Notio Aigaio apontou a saúde como um dos principais setores com necessidade de adaptação; no entanto, existem poucas informações sobre em que ações isto se traduz. O Ministério da Saúde reconhece a correlação entre o clima e a saúde devido aos impactos previstos e aponta a prevenção de doenças como uma das principais preocupações.

Itália



O plano nacional italiano de prevenção sanitária reconhece expressamente a importância do contributo do setor da saúde para a mitigação das alterações climáticas e a melhoria da sua resiliência, mas não explica como isso deve ser feito. A Declaração de Ostrava e a Agenda 2030 são ambas mencionadas, mas o setor da saúde não é mencionado quando as reduções das emissões são traçadas para vários setores. As políticas climáticas italianas, contudo, promovem a melhoria das infraestruturas a nível nacional e a melhoria energética a nível regional em edifícios do setor público, incluindo hospitais.

Portugal



As políticas de saúde portuguesas carecem de uma ligação explícita entre o clima e a saúde. A nível nacional, os impactos são reconhecidos, mas as políticas não fornecem qualquer detalhe sobre a forma como devem ser antecipados. As políticas climáticas em Portugal vão um passo mais longe, oferecendo um conjunto de medidas para a adaptação e monitorização dos impactos das alterações climáticas. As medidas de mitigação não são, contudo, um ponto fulcral; a prioridade a nível da saúde passa pela sensibilização das autoridades sanitárias a nível nacional, pela refrigeração dos centros de saúde e hospitais a nível regional, e pela monitorização e sensibilização a nível municipal.

Espanha



Analisando as políticas regionais de saúde, as regiões da Galiza e de Valência são mais pormenorizadas do que as suas homólogas nacionais. As autoridades sanitárias a nível regional associam as alterações climáticas ao setor da saúde, ao passo que as autoridades ambientais e de proteção do clima se dedicam exclusivamente aos impactos na saúde. Na Galiza, as políticas incluem programas para aumentar a utilização de energias renováveis e melhorar a eficiência energética, bem como a ambição em prol de um setor da saúde mais sustentável. Esta ambição é partilhada pela autoridade regional de saúde valenciana, que aspira ter a saúde em consideração em todos os contextos e promove cuidados de saúde sustentáveis juntamente com uma redução da contribuição do setor para as alterações climáticas. As autoridades ambientais espanholas dedicam especial atenção aos impactos na saúde com medidas destinadas a melhorar a sensibilização e a monitorização das previsões climáticas, das populações vulneráveis e dos efeitos decorrentes das alterações climáticas.

CONCLUSÕES

Nos quatro países, a saúde e o clima são reconhecidamente um problema convergente para os decisores políticos. Comum a todos os países é o reconhecimento de que as alterações climáticas exercem um impacto significativo na saúde pública. A sensibilização e a monitorização são as iniciativas políticas mais comuns identificadas na região e muitas das medidas apontadas incidem sobre o combate às vagas de calor e o seu impacto na saúde. O panorama político dos países analisados é mais fragmentado no que diz respeito ao empenho do setor da saúde na descarbonização. Contudo, existe uma necessidade comum de políticas de descarbonização mais sólidas no setor da saúde.

A contribuição do setor da saúde para as alterações climáticas na região Mediterrânica não pode ser subestimada. Este setor representa 3,7% do total das emissões na Grécia, 4% em Itália, 4,8% em Portugal e 4,5% em Espanha.⁸ Há ainda muito trabalho pela frente para assegurar que as ações de mitigação das alterações climáticas no setor da saúde sejam integradas em todas as políticas.



REFERÊNCIAS

1. Health Care Without Harm. (2019) Health care's climate footprint: How the health sector contributes to the global climate crisis and opportunities for action (A pegada ecológica do setor da saúde: como o setor da saúde contribui para a crise climática global e para as oportunidades de atuação). https://noharm-global.org/sites/default/files/documents-files/5961/HealthCaresClimateFootprint_092319.pdf
2. Salud sin Daño. (2021) Cambio climático: Argentina se convierte en el primer país en incluir la descarbonización del sector salud en su compromiso climático. <https://saludsindanio.org/articulos/americalatina/cambio-clim%C3%A1tico-argentina-se-convierte-en-el-primer-pa%C3%ADs-en-incluir-la>
3. Governo dos Países Baixos. (s.d.) More sustainability in the care sector (Mais sustentabilidade no setor dos cuidados de saúde). <https://www.government.nl/topics/sustainable-healthcare/more-sustainability-in-the-care-sector>
4. NHS England. (2020) Delivering a 'Net Zero' National Health Service (Disponibilizar um serviço nacional de saúde de "emissões líquidas a zero"). <https://www.england.nhs.uk/greenernhs/wp-content/uploads/sites/51/2020/10/delivering-a-net-zero-national-health-service.pdf>
5. Organização Mundial da Saúde. (2005) Climate change: Deaths from climate change (Alterações climáticas: mortes devido às alterações climáticas <https://www.who.int/heli/risks/climate/climatechange/en/>
6. Eurostat. (2020) Healthcare expenditure across the EU: 10% of GDP (Despesas com o setor da saúde em toda a UE: 10% do PIB). [https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20201202-1#:~:text=On%20average%20in%20the%20EU,followed%20by%20Sweden%20\(10.9%25\)](https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20201202-1#:~:text=On%20average%20in%20the%20EU,followed%20by%20Sweden%20(10.9%25))
7. Lange, M. A. (2020) Climate Change in the Mediterranean: Environmental Impacts and Extreme Events (Alterações climáticas no Mediterrâneo: impactos ambientais e fenómenos extremos). <https://www.iemed.org/publication/climate-change-in-the-mediterranean-environmental-impacts-and-extreme-events/>
8. Health Care Without Harm. (2019) Appendix C: Health care emissions national snapshots (Anexo C: Snapshots nacionais sobre as emissões no setor da saúde). <https://noharm-global.org/documents/appendix-c-health-care-emissions-national-snapshots>





HCWH Europe
Rue de la Pépinière 1,
1000 Brussels, Belgium
europe@hcwh.org
+32 2503 4911



HCWHEurope



HCWHEurope



Health Care Without Harm Europe

NOHARM-EUROPE.ORG

AUTORES:

Mai Shafei, Research and Data Assistant
Mireia Figueras Alsius, Climate Officer

DESIGN:

prinzdesign Berlin, Marc Prinz, Maren Maiwald

TRADUZIDO POR:

Eurideas Language Experts

PUBLICADO:

Dezembro 2021

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS:

Adam Eszes | istock (Cover), KatSnowden | istock (p.5),twenty20photos | envatoelements (p.5)
piranka | istock (p.5), twenty20photos | envatoelements (p.6), LightFieldStudios | envatoelements (p.9)
seventyfourimages | envatoelements (p.9), Marcus Lindstrom | istock (p.11), 35007 | istock (p.11)
BasieB | istock (p.11), monkeybusiness | envatoelements (p.13), DC_Studio | envatoelements (p.14)
Credit:Morsa Images | istock (p.16), LightFieldStudios | envatoelements (p.17)
Rawpixel | envatoelements (p.17), LightFieldStudios | envatoelements (p.17),
Health Care Without Europe (p.18), SeventyFour | istock (p.21)